

Proposta nº 198/2015

Brasília, 25 de agosto de 2015.

À Senhora **Clarice Freitas de Lima**
Centro de Documentação e Informação – CEDI.
Câmara dos Deputados

Senhora Clarice, abaixo a nossa proposta comercial para o licenciamento do conteúdo editorial do jornal Correio Braziliense.

1. Descrição do serviço:

Licenciamento de uso oneroso do conteúdo do acervo digital do jornal Correio Braziliense, em formato PDF de baixa resolução, referente aos anos de 2013, 2014 e 2015, para fins de armazenamento exclusivamente em arquivo na Biblioteca Digital e na intranet da Câmara dos Deputados com finalidade de pesquisa.

- Produto: Conteúdo editorial do jornal Correio Braziliense, disponibilizados por meio de mídias de DVD e FTP para download.
- Formato: PDF, colorido em baixa resolução.
- Horário Limite: 08:30 (AM), com tolerância de 30 minutos caso haja algum eventual problema técnico, para envio da edição do dia anterior.

2. Valor:

R\$ 24.000,00 (Vinte quatro mil reais)

3. Validade da proposta:

60 (sessenta) dias

4. Prazo de entrega:

Após a assinatura do contrato.

5. Forma de pagamento:

Mediante Nota de Empenho.

6. Dados Bancários:

- **Banco:** Bradesco
- **Agência:** 0484-7
- **Conta:** 616-5
- **CNPJ:** 00001172000180

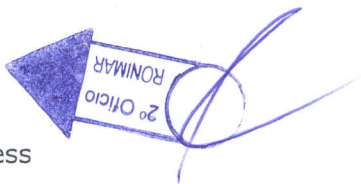
- Favorecido: S/A CORREIO BRAZILIENSE

Estamos à disposição para quaisquer informações complementares.

Atenciosamente,



Fábio Motta
Coordenador D.A Press



Dados e aceite do cliente:

A empresa, abaixo identificada, doravante denominada CLIENTE, contrata os serviços especificados na presente proposta e declara conhecer e concorda com as condições contratuais constantes do Termo de Cessão Onerosa anexo.

Razão social empresa	
CNPJ	
Inscrição estadual	
Endereço	
Telefone para contato	
Nome do representante legal	
CPF	

25 de agosto de 2015.

Representante Legal

Testemunhas:

1-

CPF:

2 -

CPF

2o. OFICIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTV/SUL QD. 701 BL. 01 LJ 24 TERRED
ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASILIA/DF
CNPJ/MF 00.618.421/0001-80
CF/DF 07.655.140/001-38

RECONHECO Por AUTENTICIDADE a(s) firma(s)
de:
CEYs2wrb1j-FABIO DE MACEDO MOTTA.....

Em testemunho _____ da verdade.

BRASILIA, 27 de Agosto de 2015

Selo: TJDF1201500207033570HBF

Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br

GOIANIO BORGES TEIXEIRA - TABELIAO
RAMILO SINES CORREA - TAB. SUBSTITUTO
ENZOQUES ALVES GONCALVES - ESC. NOT. AUT.
RITA OLIDES B. PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
KENIA VIRGINIA F.R. ANDRADE -
ESC. NOT. AUT.

TERMO DE CESSÃO ONEROSA – PESQUISA E ARMAZENAMENTO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de Direito, a **S/A CORREIO BRAZILIENSE**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Brasília/DF, no SIG Qd. 02 nº 340, CEP 70610-901 inscrita no CNPJ nº 00.001.172/0001-80, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CORREIO BRAZILIENSE** e de outro lado, a **CONTRATANTE**, devidamente qualificada na proposta comercial, doravante denominada simplesmente **CLIENTE**, RESOLVEM firmar o presente instrumento particular de Cessão Onerosa, mediante as cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

Considerando que o **CORREIO BRAZILIENSE** é titular dos direitos autorais patrimoniais dos conteúdos jornalísticos constantes de seu banco de imagens e texto, nos moldes da Lei nº 9.610/98, o presente termo tem por objeto a cessão onerosa, **exclusivamente para os fins de pesquisa e armazenamento**, de acordo com o período delimitado na proposta comercial anexa, tudo segundo a legislação aplicável, as regras do **CORREIO BRAZILIENSE**, bem como as regras do presente termo, as quais o **CLIENTE** declara expressamente conhecer e concordar.

Cláusula 2ª- DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O **CLIENTE** se compromete, sob pena de exclusiva responsabilização, fiscalizar para que os seus prepostos, que terão acesso ao conteúdo ora cedido, o utilizem somente para o fim especificado na proposta comercial.

Parágrafo Primeiro. Ficam **expressamente vedados** a alteração, a modificação, o compartilhamento, o repasse, a cessão, gratuita ou onerosa, a publicação ou disponibilização em qualquer meio ou mídia, no Brasil ou no exterior, a comercialização, bem com a utilização em teste de software do conteúdo ora cedido pelo **CORREIO BRAZILIENSE**, sem a prévia e expressa autorização desta.

Parágrafo Segundo. Sempre quando da veiculação do conteúdo ora cedido, objeto deste contrato, deverá constar obrigatoriamente e em lugar bem visível que os direitos autorais são do **CORREIO BRAZILIENSE**.

Parágrafo Terceiro – As partes acordam que para o fim de divulgação do conteúdo, ora cedido, o **CLIENTE**, poderá formatar o texto para adaptá-lo ao formato da Intranet sem, contudo, alterar o conteúdo jornalístico enviado. Qualquer alteração que occasiona redução, ampliação e/ou distorção do conteúdo jornalístico será de inteira responsabilidade do **CORREIO BRAZILIENSE**.

Parágrafo Quarto – Qualquer utilização não contemplada na presente contrato será considerada como uma violação dos direitos de autor e sujeita às sanções cabíveis na Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que protege os direitos autorais no Brasil.

Parágrafo Quinto – Havendo descumprimento de qualquer regra do presente termo, bem como infração à legislação de direitos autorais, independentemente da extinção do contrato, o **CLIENTE** ficará obrigado a responder pelo pagamento de **multa, não compensatória, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total contratado**, sem prejuízo de eventuais perdas e danos excedentes devidamente comprovadas.

CLÁUSULA 3ª- DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela cessão onerosa do conteúdo, ora cedido, o **CLIENTE** pagará ao **CORREIO BRAZILIENSE**, o valor discriminado na proposta comercial. A mora no pagamento de quaisquer das parcelas acordadas sujeitará o **CLIENTE** ao pagamento de multa moratória de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor devido e juros de mora no valor de 1,5% (um e meio por cento), sem prejuízo da imediata suspensão dos serviços ora contratados e da rescisão do presente contrato.

Cláusula 4ª – DA RESCISÃO

A extinção da presente contratação poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: a) pelo total cumprimento de seu objeto ou término de sua vigência, sem que as partes manifestem o interesse na renovação; b) pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer cláusulas,

a qualquer tempo e por qualquer das partes, de forma imediata independentemente de aviso prévio; c) se qualquer das partes vier a falir, tiver a sua falência ou processo de recuperação judicial ou extrajudicial decretadas, entrar em estado de insolvência ou inadimplência, independentemente de aviso prévio e d) a qualquer tempo mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

Cláusula 5º - DA VIGÊNCIA

A vigência será contada a partir do aceite na proposta comercial e pelo prazo determinado na proposta comercial.

Parágrafo único. Em relação às regras de direitos autorais e limitações de uso as regras do presente termo terão vigência por prazo indeterminado.

Cláusula 6ª - DAS CONDIÇÕES GERAIS

As partes declaram e garantem reciprocamente que a celebração ou execução do presente Contrato não viola, infringe ou configura inadimplência de obrigação de qualquer natureza assumida perante terceiros.

Parágrafo Primeiro – O presente contrato obriga as Partes e seus sucessores a qualquer título.

Parágrafo Terceiro - As alterações contratuais que se fizerem necessárias serão formalizadas mediante termo aditivo, assinado pelos representantes legais das partes e respectivas testemunhas.

Parágrafo Quarto - Se, contrariamente às expectativas das Partes, uma ou mais disposições do presente contrato tornarem-se nulas ou inexequíveis, por qualquer razão, as demais disposições permanecerão válidas e em pleno vigor, e as Partes negociarão um ajuste equânime da(s) disposição(ões), de maneira a assegurar sua validade e exeqüibilidade.

Parágrafo Quinto – As partes não serão responsabilizadas quando da ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

Parágrafo sétimo - O perdão ou eventual tolerância por qualquer das partes quanto ao descumprimento pela outra parte de qualquer disposição deste contrato não implicará renúncia de direito ou novação e será interpretado como ato de mera liberalidade, sem prejuízo do direito desta de fazer com que cada termo ou condição do presente contrato seja cumprido.

Parágrafo Oitavo - A aposição de assinatura e rubrica no presente contrato, pelos representantes legais e testemunhas, confere força executiva aos direitos e obrigações estipulados entre o **CLIENTE**, sendo que para os fins contratuais, entende-se como representante legal aquele que detém os poderes de representação formal da pessoa jurídica, exigidos por lei e previstos no contrato/estatuto social ou procuração.

Cláusula 7ª - DO FORO

Fica eleito o Foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, em detrimento de qualquer outro mais privilegiado.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 2 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas infrafirmadas.

☐ Eu li e eu estou de acordo com o **TERMO DE CESSÃO ONEROSA – PESQUISA E ARMAZENAMENTO**, e com os termos comerciais da D.A Press.